*Artigo

SOCIEDADE CIVIL x DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Já advoguei, decepcionado com nossos políticos, a ideia de democracia direta, com o povo definindo, sem intermediários, leis de municípios, estados e país.

No entanto, hoje reconheço que isso potencializaria caos na gestão pública! No mais, a falta de bom senso e de conhecimento técnico faria com que decisões cruciais fossem tomadas intempestivamente.

Poderiam aprovar: supressão de todos os impostos; aumento desmesurado de salários; gratuidade de todos os serviços públicos; criação de assistencialismos populistas; penalização de crimes praticados por menores em função de sua gravidade, e não mais da idade; pena de morte...

Em alguns casos, seria ótimo! Porém, o risco seria enorme.

Nesse caso, para que serviriam os vereadores, deputados e senadores?

Infelizmente, esse modelo só "funciona" em regimes totalitários, onde o voto dos "representantes do povo" está previamente alinhado com as intenções do governo. Era o que acontecia na URSS onde os sovietes eram compostos apenas por filiados ao PC, preferencialmente com passagem prévia pela doutrinação de adolescentes dos "Pioneiros". Neles, qualquer discordante era "substituído", sob a complacência de um poder judiciário encabrestado, que só referendava as decisões de "chefes supremos".

Bem, já temos as audiências públicas, garantidas pela Constituição de 1988. Elas ocorrem normalmente em meio período, de dia, abertas a qualquer cidadão, sendo que o bom senso indica que os participantes sejam efetivamente afetados pela política pública ou empreendimento em discussão.

Mas, quem tem disponibilidade para participar desse tipo de evento? Quem trabalha dificilmente conseguirá dispensa remunerada. Além disso, infelizmente, a maioria dos brasileiros prefere continuar vítima de sua própria omissão, esperando as coisas acontecerem para, só então, protestar contra quem elegeu e reelegeu.

Assim, as audiências públicas podem desandar em embate político-partidário panfletário ou espaço de "entretenimento", "terapia" ou exibicionismo. Considerando algumas das que participei, sempre há "figurinhas carimbadas", que exigem a palavra para falar de suas vidas, sem nada acrescentar ao debate. Outras usam celulares ou perturbam os vizinhos, totalmente alheias e prejudicando os trabalhos.

Assim a proposta de participação direta da sociedade civil "organizada", que também seria representativa ou limitada a movimentos organizados "disponíveis", muitos mantidos com recursos de origem nem sempre clara, poderia ser mais um entrave burocrático, além de um preocupante passo em direção ao totalitarismo, similar ao de países vizinhos.

Ora, já criaram uma central sindical única, que nunca foi. Existem partidos "democráticos" com denominações preconceituosas e pretensiosas, com líderes imutáveis. No entanto, ainda não inventaram nada melhor do que a democracia!

Uma reforma política é necessária, sem dúvida! Mas não adianta incluir a sociedade civil "organizada" como mais um elemento no sistema onde, teoricamente, ela já é representada. O ideal seria a instituição do controle dos mandatos pela sociedade civil, permitindo a avaliação periódica dos eleitos.

Não me importaria de votar abertamente, para poder, também de forma transparente, avaliar se o eleito está cumprindo o que prometeu.

Seria como criar um "código de defesa do eleitor" que, em vez de dar "carta branca" para levianos e oportunistas, ou permitir a apropriação dos mandatos por lideranças partidárias, acene com o risco de um "cartão vermelho" do representado, muito mais rápido e confiável do que qualquer corregedoria corporativista.

Duas avaliações anuais negativas = perda de mandato!

Em suma, de nada adiantará fazer reformas políticas que criem novas formas de participação da sociedade civil, se quem a representa não tiver compromisso formal e indissolúvel com o eleitor, competência, ética e bom caráter!

O resto é falácia ou projeto de poder absoluto...

Adilson Luiz Gonçalves
Escritor, Engenheiro e Professor Universitário
Membro da Academia Santista de Letras

Diário da Serra
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Gean Michel Lourenço Costa
Reinaldo Manarin Neto
CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
adm@diariodaserra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-37
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.125/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Descaso da população

O DS acompanhou na manhã de ontem, 11 de fevereiro, o trabalho de alguns agentes de saúde durante a campanha contra a dengue realizada em Tangará da Serra e em um curto espaço de tempo, pouco mais de 10 minutos, o sentimento de revolta já tomava conta. Revolta pelo descaso, pela falta de conscientização e se assim não dizer, pela porquice da população tangaraense.

Somente em uma das casas visitadas pelos agentes foram encontrados diversos recipientes jogados pelo quintal, já com água acumulada da chuva e a única resposta de uma das moradoras do local era que aquilo não era dela, ou seja, que o problema ou a solução (de colocar tudo aquilo no lixo), não era dela.

Será que essas pessoas – que estão se tornando a maioria em Tangará – acreditam que o mosquito será seletivo e picará somente quem jogou o lixo naquele local? Obviamente que não e é por isso que devemos cuidar não somente do nosso, mas também do quintal do vizinho, pois a dengue é uma doença perigosa e que a cada ano acomete um número maior de vítimas.

Comércio

O mosquito da dengue está em todos os lugares e em Tangará da Serra esse problema abrange também o comércio. Segundo relatos de alguns profissionais da saúde, muitos lixos com larvas foram encontrados no comércio local, em pleno centro da cidade. Eles contam ainda que, em alguns desses estabelecimentos, tiveram que retornar até três vezes para que o responsável retirasse o lixo.

Vergonha

Uma vergonha e descaso com a saúde que deve ser combatido pelas autoridades de forma mais enérgica. Chega de passar a mão na cabeça dessas pessoas que repetidas vezes causam esses e outros prejuízos a ela mesma e aquelas que as cercam. Atitudes mais drásticas, como altas multas, devem ser tomadas para que, finalmente, essas pessoas tomem vergonha na cara.

Formação subsede

Com objetivo de discutir a implantação da subsede do Sindicato dos Servidores Penitenciários de Mato Grosso em Tangará da Serra que servidores da região se reuniram em assembleia geral no município. "Foi bastante proveitoso o encontro, tendo em vista de que tiveram a oportunidade também de expor suas ideias e seus anseios em relação ao Sindicato na região", disse o secretário geral Ademir da Mata.

Nova diretoria

Na oportunidade foi eleita a diretoria da subsede de que atenderá, além de Tangará da Serra, as cidades de Barra dos Bugres, Arenápolis, Nortelândia, Diamantino, São José do Rio Claro e Campo Novo. O agente Yuki Makey Andrade foi eleito presidente; Roberto de Souza Siqueira, vice-presidente; João Ágapto e Marcieli Navis, secretários; Antônio Nivaldino Correia e Eli Celso Freitas, tesoureiros.

*Bastidores da Política

Depoimento

O ex-deputado estadual Maksuês Leite afirmou ao Gaeco como funcionava o suposto esquema de corrupção envolvendo gráficas na Assembleia Legislativa. Ele prestou depoimento ao Ministério Público Estadual (MPE) em 24 de abril de 2014. O conteúdo serviu de base para várias ações civis por ato de improbidade administrativa e uma ação criminal, após a deflagração da Operação Aprendiz.

Orientações

Aos promotores de Justiça, Maksuês, que era dono da Gráfica Propel Ltda., disse que o então deputado José Riva (PSD), em setembro de 2012, o orientou a procurar o então secretário- geral da Assembleia, chamado Márcio, que lhe daria as orientações para participar do esquema. "As gráficas ficavam com apenas 25% do valor e voltava, para a Assembleia, os outros 75% pagos"

Infraestrutura

Uma comitiva formada pelo vice-governador Carlos Fávaro, pelo procurador-geral do Estado, Patryck Ayala, e o secretário de Fazenda Paulo Brustolin, cumpriu três agendas em Brasília na segunda-feira, 09. O objetivo foi buscar recursos para investimentos em infraestrutura em Mato Grosso, além de discutir a repactuação da dívida do Estado, que hoje está estimada em R$ 6,5 bi.

Fex

Mato Grosso é um dos estados mais beneficiados pelos recursos do FEX. A compensação é feita por conta da Lei Kandir, que desonera o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre exportações de produtos primários e semielaborados. Devido à lei, o Estado não pode cobrar ICMS sobre a maior parte de sua produção de grãos, já que esta é destinada ao mercado externo.

Vereadores

Os deputados estaduais destacaram o papel dos vereadores nos 141 municípios do Estado de Mato Grosso, como agentes políticos mais próximos da sociedade, durante a solenidade de posse da diretoria da União das Câmaras Municipais de Mato Grosso (Ucmmat), que será presidida pela vereadora por Guarantã do Norte, Edileusa Ribeiro (PTC).

União

Os deputados Leonardo Albuquerque (PDT), Saturnino Masson (PSDB) e Pery Taborelli (PV) também participaram da solenidade. "Estou feliz por prestigiar essa união entre o legislativo estadual e municipal. É importante nos juntarmos em prol do cidadão, e a Assembleia Legislativa quer estar presente, dando a sua contribuição para a melhoria na qualidade de vida das pessoas", disse o pedetista.

Saturnino

Saturnino Masson disse que o poder legislativo estadual pode ser parceiro da Ucmmat. "É fundamental o elo de ligação entre os deputados e vereadores. Todos os segmentos públicos precisam trabalhar com seriedade, transparência, promovendo o enxugamento da máquina para reverter em benefício à população principalmente nas áreas essenciais como saúde e infraestrutura".

Caixa Econômica

A ex-ministra do Planejamento Miriam Belchior foi confirmada nesta terça-feira, 10, pelo Planalto como a nova presidente da Caixa Econômica Federal no lugar de Jorge Hereda, que deixa o cargo depois de quatro anos. A cerimônia de posse será no dia 23 de fevereiro. Com 57 anos, Miriam Belchior está no governo desde o início da gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003.

Governador autoriza retomada de obras de mobilidade urbana

Ilustração: Reinaldo Netto

O governador Pedro Taques (PDT) autorizou a retomada das obras relacionadas à Copa do Mundo que estavam vinculadas à Secretaria Extraordinária da Copa (Secopa) e que, agora, estão sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Cidades (Secid).

A medida foi tomada por meio do decreto de número 18, publicado no Diário Oficial do Estado que circulou nesta quarta-feira, 11.

De acordo com a publicação, a autorização alcança todos os "contratos que contam com fontes de financiamento oriundas de repasses financeiros, transferências voluntárias, operações de crédito, convênios, contratos de financiamento ou de qualquer outro instrumento que gere obrigações financeiras ao Estado".

Entre as obras remanescentes da Secopa e que passam a ser coordenadas pelo secretário de Cidades, Eduardo Chiletto, estão as de mobilidade e de travessia urbana, a da Arena Pantanal e as dos Centros Oficiais de Treinamento (COT) do Pari e da UFMT.

A Secid poderá, inclusive, requisitar a cessão de servidores de outras pastas para viabilizar a execução dos serviços.